

CONVÊNIO Nº 03/2025

TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM, A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA - CE, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE/SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, E O HOSPITAL MATERNIDADE SÃO VICENTE DE PAULO, PARA O FIM QUE SE DECLARAM.

O MUNICÍPIO DE ITAPIPOCA, Estado do Ceará, com sede administrativa na Av. Anastácio Braga, 195, bairro São Sebastião, inscrito no CNPJ sob o nº 07.623.077/0001-67, através da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ No. 11.402.517/0001-23, doravante denominada simplesmente CONVENENTE, neste ato, representada por sua Secretária Executiva de Saúde,

e a SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO, situada na Rua Urbano Teixeira de Menezes, nº 01, bairro Alto Alegre, Itapipoca – Ce, mantenedora do Hospital e Maternidade São Vicente de Paulo, doravante denominado simplesmente PROPONENTE - HOSPITAL SÃO CAMILO, CNPJ nº 60.975.737/0013-95, representado por seu

tendo em vista o que dispõe a Lei Federal no. 14.133/2021 e suas posteriores alterações, resolvem de comum acordo, celebrar o presente Termo de Convênio, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente termo de convênio fundamenta-se no que dispõe a Constituição Federal, em especial do seu art. 196 a 200, na Lei Federal n.º 8.080, de 19 de setembro de 1990 e 8.142/90, no que couber na Lei Federal nº 14.133/2021, Resolução CESAU - CE NO. 53/2021 e RESOLUÇÃO CIB No. 107/2022, de 24 de junho de 2022.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

O presente termo de convênio tem como finalidade formalizar compromissos objetivando a prestação de serviços de saúde especializados de média e alta complexidade hospitalar e ambulatorial nas clínicas: médica, cirurgia geral, gineco-obstetrícia, pediatria,



neonatologia, anestesiológica e traumatologia, garantindo o funcionamento 24 horas, com apoio diagnóstico e terapêutico e atendimento de urgência e emergência, de conformidade com a normalização vigente do Sistema Único de Saúde / SUS, visando a garantia da atenção à necessidade de saúde dos cidadãos, assegurando os princípios do SUS, de universalidade do acesso e integralidade da atenção e inserção no Plano Diretor de Rea lização - PDR, como também o funcionamento das UTIs Clínicas em funcionamento na unidade hospitalar.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTÍCIPES São obrigações da CONCEDENTE, decorrentes da celebração deste convênio:

- 01. Repassar ao HOSPITAL, através do Fundo Municipal de Saúde, os recursos financeiros do Tesouro do Estado do Ceará no valor e na forma previstos na cláusula sexta, para o objetivo de que trata a cláusula segunda.
- 02. Receber do HOSPITAL, o Relatório Gerencial e o Relatório Simplificado dos Recursos Financeiros repassados para o objeto de que trata a Cláusula Segunda.
- 03. Regular o acesso dos usuários da Região de Saúde de Itapipoca 6 CRES Coordenadoria Regional de Saúde, nos serviços hospitalares através da Central de Regulação Regional.

São obrigações do PROPONENTE decorrentes da celebração deste convênio:

- 01 Receber da CONCEDENTE, através do Fundo Municipal de Saúde de Itapipoca, mediante requerimento e respectivo recibo, os recursos financeiros previstos na cláusula sexta e aplicá-los dentro do objeto a que se refere à cláusula segunda;
- 02 Apresentar relatório mensal Gerencial e de **Execução** Físico-Financeira dos **recursos** recebidos da CONCEDENTE. No Relatório Gerencial deverá conter as **escalas** médicas referentes aos plantões 24h nas clínicas descritas na cláusula segunda.
- 03 Efetivar os gastos desses recursos exclusivamente para custeio deste hospital, conforme as necessidades operacionais das clínicas referidas no objeto desse convênio;
- 04 Garantir a Assistência Especializada de acordo com perfil definido na cláusula segunda do objeto do presente convênio;
 - 05 Envidar todos os esforços e recursos para o alcance das metas abaixo estabelecidas:
- 5.1 Garantir o funcionamento 24 horas dos serviços nas clínicas médicas descritas na cláusula Segunda do objeto do presente convênio;



- 5.2 Informar a Central de Regulação do SUS/CRESUS 100% das transferências realizadas pelo Hospital;
- 5.3 Garantir a contra referência de 100% dos pacientes internados e assistidos pelo Hospital;
- 5.4 Garantir o acesso a 100% dos pacientes com indicação para os Serviços de Apoio Diagnóstico e Terapêutico: patologia clínica, radiodiagnostico, ultrassonografia e eletrocardiografia;
 - 5.5 Manter em funcionamento a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar.
- 5.6 Executar 100% das ações programadas no Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos de Saúde, aprovado pela Vigilância Sanitária da SESA;
- 5.7 Respeitar as normas técnicas que venham a ser recomendadas, bem como permitir o acesso dos servidores do órgão de Controle Interno do Poder Executivo Municipal, quando em missão de fiscalização, monitoramento e auditoria.

CLAUSULA QUARTA - DOS MECANISMOS DE GARANTIA DE ACESSO.

Cada partícipe se responsabilizará pela garantia de acesso, de acordo com os mecanismos abaixo:

- 01 A CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Saúde, apoiará o Hospital na implantação de mecanismos de organização dos fluxos de referência intermunicipais e garantia de acesso da população aos serviços estabelecidos na cláusula segunda, assim como orientará as demais Secretarias Municipais de Saúde na organização e avaliação dos encaminhamentos de pacientes;
- 02 O Hospital, quando lhe couber, implantará mecanismos de organização dos Duxos de referência e garantia de acesso da população residente em outros municípios aos serviços localizados em seu território;
- 03 A CONCEDENTE, através da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhará o atendimento intermunicipal de referência e realizará ajustes periódicos ou sempre que necessário, de forma a garantir o volume de recursos adequados ao atendimento da população, independente de seu município de residência, dentro dos limites financeiros estabelecidos.
- 04 O HOSPITAL não poderá negar atendimento às pessoas residentes em qualquer município em caso de urgência e emergência. No caso de a demanda por serviços extrapolar a programação das referências pactuadas, caberá ao HOSPITAL registrar os atendimentos prestados através de planilha padronizada e informar à Secretaria Municipal de Saúde, para



efeito de fuWxos ajustes na Programação Pactuada e Integrada - PPI.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS

O Hospital de compromete a restituir os valores que lhe forem transferidos pela CONCEDENTE, atualizados monetariamente, desde a data do recebimento quando:

- a) não for executado o objeto deste Convênio;
- b) não for apresentado no prazo estipulado o Relatório Gerencial e o Relatório Simplificado de Execução Físico-Financeira;
- c) Os recursos forem utilizados em finalidade diversa do estabelecimento deste convênio.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

A CONCEDENTE se compromete a creditar os recursos do Tesouro do Estado repassados para o custeio das ações e serviços de saúde em parcelas mensais no valor de R\$ 1.253.310,00 (hum milhão, duzentos e cinquenta e três mil, trezentos e dez reais), para o desenvolvimento deste convênio, conforme cronograma de desembolso aprovado pelo Conselho Estadual de Saúde - CESAU, sendo R\$ 600.000,00(seiscentos mil reais) referente a 20(vintel UTIs Clínica Adulto, e R\$ 653.310,00(seiscentos e cinquenta e Wês mil, trezentos e dez reais), referente as clínicas de cirurgia geral, obstetrícia, clínica médica, pediátrica, trauma ortopédica, neonatal e anestesiologia.

<u>PARÁGRAFO PRIMEIRO</u> — Os valores acima mencionados serão repassados através de depósito em conta bancária até o 5° . dia uti1 de cada mês, após a data do crédito em conta corrente do Fundo Municipal de Saúde, pelo Fundo Estadual de Saúde.

<u>PARÁGRAFO SEGUNDO</u> — Em caso injustificado de atraso no repasse acima mencionado por período superior a 90 (noventa) dias, a PROPONENTE se desobriga do cumprimento da CLÁUSULA SEGUNDA, o qual comunicará através de oficio o referido atraso aos órgáos competentes.

CLÁUSULA SETIMA- DO GERENCIAMENTO / MONITORAMENTO

O gerenciamento do presente convênio ficará a cargo da Secretária Executiva de Saude

CLÁUSULA OITAVA - DA FONTE E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DO REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS

As despesas decorrentes da execução do presente Convênio, correrão por conta dos recursos financeiros repassados pelo Tesouro do Estado do Ceará, para o fortalecimento da Atenção à Saúde nos níveis Secundário e Terciário, Conforme Resolução do CESAU, ao Fundo Municipal de



Saúde, onde os devidos recursos serão repassados ao proponente, através da Dotação Orçamentária — Gestão dos Serviços de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar No. 11.01.10.302.0403.2.023, Elemento de despesa: 33903900 - Fonte de Recurso: 16000000000.

CLÁUSULA NONA - DAS PRERROGATIVAS DA SECRETARIA

O HOSPITAL reconhece que a SECRETARIA compete exercer a autoridade normativa sobre as atividades decorrentes do presente Convênio, assegurando-lhe a prerrogativa de controlar e fiscalizar a sua execução, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pelo mesmo, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade do serviço.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será, obrigatoriamente, destacada a participação de todos os partícipes, observado o disposto no Parágrafo Primeiro, do art. 37, da Constituição Federal.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA VIGÊNCIA.

O presente termo aditivo de Convênio vigorará a partir da data de sua assinatura, até 31 (trinta e um) de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado através de Termo Aditivo. Poderá, também, a CONCEDENTE prorrogar, de ofício, a vigência do mesrrio quando houver atraso na liberação dos recursos limitado a prorrogação ao exato período de atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO.

O presente convênio poderá ser rescindido de plerro direito:

- 01- Pelo inadimplemento de qualquer uma de suas cláusulas, por qualquer uma das partes convenentes;
- 02-Pela superveniência de qualquer norma ou fato administrativo que o tome formal ou praticamente inexequível;
- 03- Em qualquer tempo, por mútuo acordo das partes convenentes ou por iniciativa de qualquer uma delas, mediante notificação escrita;

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DOS CASOS OMISSOS.

Os casos omissos ou excepcionais não previstos neste Convênio serão consultados aos partícipes por escrito e resolvidos conforme disposto na legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO E DA PUBLICAÇÃO

Fica eleito o foro da comarca de Itapipoca/CE, para dirimir todas as questões e



dt'tvidas oriundas deste convênio que não puderem ser resolvidas pelos meios administrativos. **presénte** instrumento, para sua validade, deverá ser publicado no Diário Oficial do Município ou órgdo similar.

E, assim, por estarem acordes e ajustados, as partes assinam o presente convênio, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

